



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Implantação do Poliduto Uniduto”, de responsabilidade de Uniduto Logística S/A, realizada no dia 11 de novembro de 2010, na cidade de Santa Bárbara d’Oeste.

Realizou-se, no dia 11 de novembro de 2010, às 17 horas, no Anfiteatro Municipal “Detinha Dagnoni”, Avenida Monte Castelo, nº. 1000, Jardim Primavera (Paço Municipal), Santa Bárbara d’Oeste/SP, a audiência pública sobre a “Implantação do Poliduto Uniduto”, de responsabilidade de Uniduto Logística S/A ((Proc. SMA 01891/2008). Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo do CONSEMA, Germano Seara Filho, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Consema, Pedro Ubiratan Escorel de Azevedo, saudava e dava boas vindas aos representantes do Poder Executivo – na pessoa do Excelentíssimo Senhor Vice-Prefeito do Município de Santa Bárbara d’Oeste, Luís Vanderlei Larguesa, e dos Ilustríssimos Senhores Jairto Monteiro, Assessor de Governo Municipal de Santa Bárbara do Oeste, Antonio Salustiano Filho, Secretário Municipal de Santa Bárbara D’Oeste, Antonio Conservani, Diretor de Meio Ambiente do Município de Cosmópolis, Antonio Salustiano Filho, Secretário Municipal de Santa Bárbara D’Oeste, Gilmar José Morgato, Secretário de Governo e de Desenvolvimento Econômico do Município de Santa Bárbara D’Oeste –, do Poder Legislativo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores Danilo Godoy e Carlos Fontes, Vereadores do Município de Santa Bárbara d’Oeste –, dos órgãos públicos – na pessoa do Ilustríssimo Senhor Kênio Franklin de Freitas, Diretor-Superintendente do DAE –, das organizações da sociedade civil, das entidades ambientalistas, enfim, a todos que vieram participar da audiência pública sobre a “Implantação do Poliduto Uniduto”, de responsabilidade do Uniduto Logística S/A. O Secretário-Executivo do CONSEMA esclareceu que possuía a função regulamentar de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente-CONSEMA sobre empreendimentos, projetos e obras em licenciamento, planos de manejo, enfim, acerca de tudo aquilo que diz respeito ao Sistema Estadual do Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indica o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos, para que dêem suas opiniões, formulem indagações, contribuições, sugestões e críticas e tudo o que pode contribuir para melhoria do projeto ou proposta apresentada. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas é completamente isento, e sua função, tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra e garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação CONSEMA 34/01 para a condução das audiências públicas e declarou que o CONSEMA previu que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta e, em seguida, a exposição detalhada dos estudos ambientais elaborados sobre ele pela equipe de consultoria. Explicou que, imediatamente após, fariam uso da palavra aqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos dos cidadãos que não representam órgãos públicos ou entidades civis e que falam em seu próprio nome, com direito a três minutos cada um. Em sequência, manifestam-se os representantes de órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal, a seguir, os representantes do CONSEMA que se inscreverem para fazer uso da palavra, com direito a cinco minutos cada um, representantes dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente-COMDEMAS, cada um com direito igualmente a cinco minutos. Por fim,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

acrescentou, falariam os representantes do Poder Executivo, seguidos daqueles que representam o Poder Legislativo, e que o motivo pelo qual os representantes desses dois poderes falam em último lugar é que só assim eles podem manifestar-se acerca das eventuais críticas, elogios e sugestões feitas pelos diferentes segmentos da sociedade que antes deles tenham se manifestado. Acrescentou que, só assim, os representantes desses dois poderes podem opinar ou oferecer esclarecimentos que eventualmente os pontos de vista expostos tenham suscitado. O Secretário-Executivo do Consema esclareceu que a Mesa Diretora dos Trabalhos é presidida por ele e também integrada por um representante do CONSEMA, eleito entre os conselheiros presentes, e por um representante do Departamento de Avaliação de Impactos da CETESB. Depois de constatar que nenhum conselheiro estava presente, convidou, para fazer parte da Mesa, o Ilustríssimo Senhor Martinus Filet, do Setor de Análise de Obras Lineares da CETESB. Dadas essas explicações, declarou iniciados os trabalhos. Passou à palavra ao representante e diretor-técnico da Uniduto Logística S.A., para apresentar o projeto. Fábio Luiz Jorge ofereceu um breve histórico da empresa – criada em junho de 2008, formada, ao todo, por dez grupos paulistas produtores de açúcar e álcool, que constituem uma sociedade e cuja produção representa, aproximadamente, um terço da produção nacional. Acrescentou que o projeto Poliduto não é exclusivo dos sócios, pois se trata de um sistema aberto. Explicou que o objetivo é colocar os terminais em pontos estratégicos, de tal forma a que se proceda à interligação entre os vários modais – rodoviário, ferroviário, hidroviário e marítimo. Explicou que estavam previstos um porto hidroviário, na Hidrovia Tietê-Paraná, e um marítimo, no litoral santista. Descreveu as primeiras iniciativas e atividades realizadas pelo grupo, a forma como ocorreu o aumento da densidade da produção e do consumo de etanol, cuja viabilidade passou a exigir a implantação de um sistema de escoamento que contemple meios mais eficientes de transporte, aumentando ou tornando viável a hidrovia e a implementação das dutovias. Explicou que a capacidade prevista para o duto é de 16 bilhões de litros, capacidade que, segundo as projeções, só será atendida por volta de 2022/23. Apresentou uma série de detalhes sobre o duto, sua composição, revestimento, método construtivo e os outros vários métodos e técnicas que serão adotados conforme o trecho a ser transposto. Descreveu como serão feitos, de acordo com normas internacionais, o controle e a segurança com a utilização da melhor tecnologia disponível no mercado, e descreveu também as proteções extras para as áreas de maior risco, entre elas, sistemas *on-line* para detecção de vazamento, proteção, anticorrosivos, sistema de monitoramento, como supervisão e controle automatizados, programa de gerenciamento de risco e plano de ação de emergência. Passou a apresentar uma série de eslaides que mostravam a expectativa de crescimento da produção de etanol no Brasil; a produção por área, nos próximos dez/doze anos; a densidade do consumo em determinadas regiões em 2007 e sua expectativa do consumo para 2022; a previsão do crescimento da exportação desse produto; a inserção de sua captação pelo duto na área de produção da cana no Estado de São Paulo; características do terminal que se localizará em Serrana, com tancagem de aproximadamente 170 mil metros cúbicos; as características dos terminais que se localizarão em Santa Bárbara D'Oeste, às margens da Rodovia Luiz Omoto, e em Botucatu; o desenho do terminal hidroviário que se localizará em Anhembi e dos dois atracadores do terminal de Paulínia; características do terminal localizado em Caieiras, que atenderá à RMS e se localizará ao lado da Rodovia dos Bandeirantes; e, por último, o desenho do terminal de Praia Grande, do qual sairá um duto cujo percurso na praia será de 13 quilômetros. Explicou que o duto submarino vem da praia, segue a monobóia, e que se trata de um sistema seguro que conta com válvulas rotativas e que é utilizado no mundo inteiro, inclusive no Brasil, pela Petrobrás. Explicou que esse projeto está sendo



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

executado não só para transportar etanol – embora a finalidade principal seja essa. Acrescentou que, pelo fato de não existir no Brasil legislação específica para alcoolduto, esse duto transportará, além do etanol, outros produtos, como eventualmente o biodiesel, e, num pequeno trecho, como aquele trecho que vai de Paulínia até Caieiras, transportará também gasolina. Ao concluir informou que os eslaides com essas informações se encontram disponíveis no sítio eletrônico da empresa. Cláudio Bolzani, representante da MKR Tecnologia, Serviços, Indústria e Comércio Ltda., empresa responsável pelos estudos ambientais, ofereceu informações detalhadas sobre a metodologia empregada para análise de cada uma das áreas e condições ambientais abrangidas pelo empreendimento e os resultados obtidos, que compõem o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Meio Ambiente. Depois de constatar que nenhuma pessoa se inscrevera nas etapas anteriores, o Secretário-Executivo informou que se passaria à etapa em que se manifestam os representantes da sociedade civil. Paulo Bachin, presidente da Associação Pró-Ambiente de Santa Bárbara d'Oeste, depois de se apresentar como ambientalista, comentou que a sociedade civil possui uma força muito grande, e que é nessa força que se baseia o provérbio “a voz do povo é a voz de Deus”, porque, se não fosse a atuação de suas organizações, já teria ocorrido uma desgraça na região de Piracicaba com a implantação da Termelétrica Carioba II. Argumentou que o funcionamento desse empreendimento seria uma desgraça porque o Município de Piracicaba atualmente sequer tem água para fazer o tratamento do esgoto que vem de São Paulo. Argumentou ainda que, embora não fosse técnico, era testemunha da importância ambiental das áreas de preservação permanente e das áreas de proteção ambiental. Acrescentou que, pelo curso a ser seguido pelo traçado e pela sua profundidade, não se identificava nenhum impacto ambiental significativo, mas que se preocupava com a carga poluidora na estação de distribuição, motivo porque não concordava com o local escolhido para sua instalação, que, a seu ver, deveria ficar além da Rodovia dos Bandeirantes, de modo a não atravessar a cidade, que já se encontrava saturada do ponto de vista da poluição. Afirmou saber que a carga poluidora que vem de Paulínia decantará na Bacia do Piracicaba, o que acrescentará um estresse ao que já se tem com o ambiente saturado, com as ameaças contra a preservação da mata ciliar e da mata atlântica. Declarou que, como cidadão, discordava veementemente da proposta de o duto atravessar toda a cidade. Argumentou que estavam presentes na audiência pessoas bem mais esclarecidas do que ele, uma vez que possuíam formação técnica, e que, portanto, poderiam consubstanciar ou contestar, com os dados que possuem, a visão que ora defendia. Pontuou que, como barbarensense, não concordava que se implantasse a estação no local proposto, onde já existem um lixão e duas pedreiras, e que estas últimas explodem constantemente. Ao concluir declarou que continuaria doando sua existência para que as pessoas tivessem melhor qualidade de vida. Passou-se à etapa em que as pessoas falam em seu próprio nome. Bartolomeu Gimenes Filho declarou inicialmente que participava do COMDEMA de Piracicaba. Declarou que reconhecia a qualidade do projeto, o importante benefício social que promovia, mas discordava de que, em seu trajeto, ele passasse à montante de uma nascente em sua propriedade, a qual vem sendo utilizada há cinquenta anos para o consumo de água potável. Propôs fosse elaborado estudo com vistas a alguns ajustes no trajeto do duto, de modo a evitar-se que ele atravessasse áreas importantes como a sua, mas que não lhe cabia fazer sugestões, como, por exemplo, de que o duto acompanhasse a Rodovia Piracicaba-Anhembi e não interferisse nas propriedades privadas. Declarou que não falava em nome de outros cidadãos nem pretendia colocar pedras no caminho de ninguém, tentava apenas defender seus interesses, lutando para que fossem feitas mudanças mínimas no trajeto e se chegasse, assim, a um bom entendimento. Reiterou, mais uma vez, que não falava em nome do COMDEMA de Piracicaba, mas, sim, em nome próprio. Laerte Balan



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

declarou que seu questionamento era semelhante ao do manifestante que o antecedeu até mesmo porque, a seu ver, esse trajeto intervirá em áreas onde existem nascentes, motivo por que gostaria de obter esclarecimentos mais detalhados. Antonio Salustiano Filho declarou que concordava em gênero, número e grau com os posicionamentos emitidos pelo Senhor Paulo Bachim, e que, na condição de representante do Estado, estava conhecendo o projeto. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Executivo. Kênio Franklin de Freitas, Diretor Superintendente do DAE, depois de cumprimentar todos os técnicos e engenheiros da Uniduto, comentou ter sido bem-executado o projeto, com alta qualidade, mas que, inquestionavelmente, era complicado ler os trinta e cinco volumes do EIA/RIMA. Declarou, em seguida, que se posicionava apenas sobre a colocação do terminal, em relação ao qual tinha algumas informações a oferecer, em decorrência do embate com a A.L.L., empresa que tinha o domínio da linha férrea e que pretendia reativá-la depois de vinte anos sem uso. Argumentou que a cidade se encontrava hoje extremamente consolidada, não se justificando, pois, a pretensão da A.L.L. de fazer com que esta linha volte a funcionar, o que promoveria grande transtorno. Referiu-se à proposta feita pela DENIT de se desviar a linha da área urbana e acrescentou que o posicionamento assumido por Paulo Bachim é adotado pelo Município como um todo. Acrescentou que deveria interferir-se na localização do terminal, pelos motivos aqui apresentados. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Legislativo. Danilo Godoy, Vereador do Município de Santa Bárbara d'Oeste, comentou que os vereadores precisavam, sim, de certo bairrismo, e declarou também que acabava de conhecer o projeto. Afirmou ainda que comungava com as idéias expostas pelo Senhor Paulo Bachim e entendia que a Prefeitura deveria realizar uma audiência pública, e convidou, para dela participarem, a população, os vereadores e todas as pessoas interessadas em conhecer esse projeto e as intercorrências que ele promoverá no Município, como, por exemplo, seu trajeto no território de Santa Bárbara, cortando propriedades de fulano e de beltrano e várias nascentes que aí existem. Ponderou que o bairrismo o consumia nesse momento, e que ele tinha a ver também com os interesses da população e do Município. Declarou que o projeto é muito bom, em decorrência principalmente dos cuidados adotados em relação ao meio ambiente, mas que, indiscutivelmente, em sua análise deve ter lugar também certo bairrismo, pois a população da cidade tem de se ater aos seus interesses. Observou que o projeto pode ser muito bom, pode abranger a dimensão sócioeconômica de forma muito interessante, além de várias outras qualidades, como, por exemplo, tornar possível a criação de vários postos empregos – ao todo, oitenta e quatro. No entanto, argumentou, ele possui um âmbito particular, um interesse corporativo, um interesse empresarial, com o qual a população precisa se confrontar, porque, caso contrário, não haverá progresso nem desenvolvimento nem para a cidade de Santa Bárbara nem para o Município em seu todo. Declarou que, por esse motivo, se deveria sair da audiência e convocar uma outra para analisar o traçado e examinar qual será exatamente o impacto que ele causará, quais serão os problemas que a implantação e o funcionamento do duto promoverão, e examinar também quais as vantagens que o Município auferirá. Pontuou que se tinha de ser imparcial. Concluiu afirmando ser esse o pedido que fazia à Prefeitura e que acreditava haver possibilidade de se examinar melhor tudo isso. Carlos Fontes, Vereador do Município de Santa Bárbara d'Oeste, depois de declarar que o vereador que o antecedeu, Danilo Godoy, havia pontuado as questões mais importantes, observou que, na verdade, não possuía nenhum conhecimento do projeto, mas apenas informações superficiais, e sabia que algumas empresas tinham interesse em sua implantação. Argumentou que não se tratava de ser bairrista, mas, sim, de se levantar a bandeira de Santa Bárbara D'Oeste e, também, a do meio



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

ambiente, porque realmente é preocupante a carga poluidora que poderá ser emitida pelo terminal que será construído no Município. Afirmou que a Prefeitura deveria realmente convocar uma audiência pública, que constituiria a oportunidade de tornar mais claras todas as informações oferecidas nos vinte ou trinta minutos iniciais da audiência, porque, assim, efetivamente se tomará conhecimento de tudo que acontecerá, ou seja, qual o impacto que será provocado em Santa Bárbara D'Oeste, que prejuízo o meio ambiente sofrerá, e, exatamente, quais as nascentes serão afetadas. Declarou que concordava também com os posicionamentos emitidos pelo Senhor Paulo Bachin, e que, juntamente com os secretários municipais, se manifestará em defesa de Santa Bárbara d'Oeste, daquilo que for bom para ela, daquilo que realmente lhe trazer benefícios, e que, ao mesmo tempo, se manifestará contrariamente ao que trazer prejuízo ao meio ambiente e à cidade propriamente dita, por colocar em risco seu futuro, que é o futuro dos filhos e dos netos da atual geração. Passou-se à etapa das réplicas. Fábio Luiz Jorge, representante do empreendedor, informou que há mais de um ano se iniciaram as conversações com os órgãos municipais de Santa Bárbara D'Oeste, a partir das quais foram feitas várias correções no traçado e, inclusive, assinado memorando de intenções, um protocolo, um termo de compromisso, que manifesta a concordância em relação a uma série de pontos levantados pela Prefeitura. Declarou que continuava aberto ao diálogo, que a empresa não tinha intenção de impor qualquer projeto, até mesmo porque zelava pela transparência. Acrescentou que a Uniduto quer o aceite da comunidade, ao lado da certeza da viabilidade ambiental e social do projeto. Acrescentou que ela está disposta a discutir e tentar encontrar uma solução de traçado que atenda aos interesses da empresa e, ao mesmo tempo, os da comunidade. Expôs sua disposição para conversar e encontrar uma solução que atenda às necessidades de ambas as partes. Luís Vanderlei Larguesa, Vice-Prefeito do Município de Santa Bárbara D'Oeste, comentou inicialmente que há um ano e meio a tônica dos diálogos estabelecidos é a construção de um projeto juntamente com a comunidade barbarensense. Acrescentou que os empreendedores entendem que os benefícios socioambientais desse projeto são muito grandes se ele for construído com uma visão sobre o meio ambiente um pouco diferente da que normalmente se faz presente em projetos como essa envergadura. Argumentou que, como constava do termo de compromisso, a Uniduto jamais utilizará o modal ferroviário no Município de Santa Bárbara D'Oeste sem a prévia anuência da Prefeitura, e que, portanto, em primeiro lugar se conversará com a Prefeitura, de modo que o projeto seja construído conjuntamente. Cláudio Bolzani declarou que pretendia acrescentar algumas informações com o propósito de contribuir para a construção de um entendimento. Afirmou que considerava pertinente a observação feita pelo Senhor Paulo Bachin de que não é estudado em meio ambiente, e que é, na prática, um ambientalista. Comentou que, em relação à questão da localização do terminal, o que importa não é o aspecto físico, mas o projeto, cuja premissa é interligar-se com outros meios de transporte. Acrescentou que o terminal que se localizará nesse Município, além de receber o etanol captado em Botucatu, Anhembi e Serrana, também receberá aquele que será transportado por caminhão e por trem. Observou que a questão da ferrovia, sua proximidade de uma linha férrea e de uma rodovia, já foi analisada e recebeu o aval da Prefeitura, ou seja, que o terminal não pode ser implantado em qualquer local, mas, sim, em um local estratégico. Declarou que, por não poder ficar distante da ferrovia ou da hidrovía, existem restrições para a escolha da área, porque não dá para escolher qualquer uma. Esclareceu que um critério tem de ser observado. Adiantou que, em relação ao potencial de poluição do terminal referido por alguns manifestantes, acreditava que se trata apenas de uma percepção, uma vez que, efetivamente, a poluição que ele emitirá será reduzida quase que totalmente, e aquilo que extrapolará, que não for reduzido, será compensado de alguma maneira, ou



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

seja, serão adotadas medidas para compensação. Comentou que existe um mercado crescente de consumo e de produção de etanol, e que, se não for construída a dutovia, uma série de caminhões cruzará todo o Município, toda a região, com um potencial de contaminação muito maior do que o da dutovia, em termos de acidentes e de contaminação do ar. Alegou que, inquestionavelmente, um proprietário de terra que será atravessada pelo duto se sente muito mais prejudicado que outro cuja propriedade não será atingida. Observou que isso é comum, mas que não há como traçar 600 quilômetros de dutovia sem passar por propriedades particulares. Luís Vanderlei Larguesa, Vice-Prefeito do Município de Santa Bárbara D'Oeste, declarou que, em relação à questão do ar, o entendimento é que o funcionamento do empreendimento propiciará uma melhora muito grande, pois reduzido ficará o número de viagens diárias pelo sistema Anhanguera-Bandeirantes e, em consequência, a queima de combustível fóssil na região. Entretanto, argumentou, a solução dos problemas da qualidade do ar não é responsabilidade da Uniduto, e que, quando da assinatura do protocolo, chegou a ouvir de técnicos da Secretaria de Estado do Meio Ambiente que, em relação à qualidade do ar, esse projeto promoverá impacto positivo, dado que serão reduzidos 96% dos compostos orgânicos voláteis emitidos. Argumentou também que existe uma legislação estadual específica que determina que, se declarada saturada, em termos da qualidade do ar, os responsáveis pelo empreendimento têm de demonstrar que, de alguma forma, serão reduzidas substancialmente as emissões. Cláudio Bolzani, representante da equipe de consultoria responsável pelo EIA/RIMA, declarou que pretendia finalizar dois pontos: um deles dizia respeito à localização e sua proximidade dos corpos d'água, pois, por mais que se busquem os divisores de águas, muitos córregos serão transpostos. Acrescentou que o problema mais difícil diz respeito à localização das nascentes, porque, se o duto estiver passando por uma delas, e for desviado, ficará à sua montante. Interveio Cláudio Bolzani com o argumento de que o duto deverá ser desviado à direita, para que a interferência se torne a menor possível. Acrescentou que, para essa etapa do licenciamento, o nível de detalhamento do projeto não é suficiente para identificação das nascentes, mas que ainda é possível realizar pequenos ajustes e desvios na próxima etapa do licenciamento, o que permitirá que o duto transponha o corpo d'água, em alguns casos, pelo método não destrutivo, que é o furo direcional. Bartolomeu Gimenes Filho declarou que “tirava o chapéu para o projeto” e que gostaria de ter a oportunidade de ser ouvido como outra parte envolvida e que seu ponto de vista é que o duto poderia correr no outro sentido e foi desviado, porque quem fez o projeto talvez tivesse o propósito de que o duto passasse por uma propriedade, o que implicaria o pagamento de indenizações. Comentou que se tratava de vinte e três propriedades só no Município de Piracicaba, além daquelas que se localizavam nos Municípios de Santa Bárbara e de Anhembi, e que se fazia necessário um conhecimento pormenorizado a esse respeito, ou seja, do trajeto por onde o duto passará em cada propriedade. **Cláudio Bolzani** argumentou que a preocupação com a nascente era válida, e que a preocupação da empresa não era só com a nascente, mas, também, com o manancial. Comentou que no dia anterior fora feita uma apresentação do projeto para o Comitê de Bacias Piracicaba-Capivari-Jundiaí e que todos os gestores e administradores das unidades de conservação, inclusive a CETESB, tinham preocupação não só com a nascente, como também com os mananciais que abastecem a população de maneira geral. Ponderou que devem ser adotados alguns cuidados e feitos pequenos ajustes. De toda forma, assegurou, se houver o veredito de que “estes três terminais estão inviabilizados”, tem de se modificar o projeto inteiro. Vanderlei esclareceu que, de acordo com a legislação, as prefeituras têm de fazer duas manifestações, quais sejam, emitir certidão de uso e ocupação do solo e realizar uma análise técnica ambiental. Acrescentou que, nessa ocasião, toda



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

comunidade já terá amadurecido a questão, pois teriam se inteirado do projeto. Pontuou que o projeto será negociado, porque há mais de um ano se vem conversando e esse diálogo continuará, não só com a comunidade barbarensense, mas também com as das outras cidades cujo território igualmente será atravessado pelo duto. Martinus Filet, representante da CETESB, esclareceu que a fase em que se encontra o projeto são analisadas as alternativas do ponto de vista de sua viabilidade ambiental e social, e que, portanto, nesta fase o projeto ainda não se encontra detalhado. Será na outra fase, a da concessão da licença prévia, que se começará a elaborar o projeto executivo, quando tem lugar a negociação entre as concessionárias e os proprietários, da faixa de servidão, das travessias e das escarpas, metro a metro. Acrescentou que será nesse momento que se calculará o volume da supressão de vegetação, se o traçado vai passar a montante ou a jusante das nascentes, aspectos estes que poderão ser negociados, até mesmo porque os proprietários assinarão contrato de servidão com a Uniduto. Em outras palavras, acrescentou, os problemas colocados pela base de servidão terão de ser bem discutidos com a população e, igualmente, com os órgãos municipais, as questões envolvidas terminal. Anuiu com a proposta de o município realizar uma audiência pública para discutir o assunto. O Secretário-Executivo, depois de declarar que todos podem obter informação sobre todas as audiências que serão realizadas através do sítio eletrônico da Secretaria do Meio Ambiente: www.ambiente.sp.gov.br. Acrescentou que, além das sete audiências inicialmente previstas, uma oitava será realizada no Município de São Bernardo do Campo, no dia 2 de dezembro, o que alterou o prazo para o envio das contribuições, que passa a ser cinco dias úteis contadas a partir da data dessa oitava e última audiência. Informou ainda que essa contribuição poderá ser encaminhada através do endereço eletrônico do CONSEMA – consema.sp@ambiente.sp.gov.br – ou pelos Correios ou protocolando-a diretamente no setor. Declarou cumpridas todas as etapas da audiência, agradeceu, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente, Pedro Ubiratan Escorel de Azevedo, a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos. Eu, Paula Frassinete de Queiroz Siqueira, Diretora de Núcleo de Documentação e Consulta, lavrei e assino a presente ata.